

O Esmeraldo de Situ Orbis: uma sondagem sobre a literatura de descobrimentos e a produção manuscrita e impressa em Portugal no século XVI

Camila Fernanda de Souza¹
(UNICAMP)

Resumo: Ao questionarmos o porquê de uma obra capital para a história da náutica portuguesa no século XVI como *O Esmeraldo de Situ Orbis* ter sido impressa apenas no final do século XIX, pretendemos analisar aspectos literários do Humanismo em Portugal referentes à escrita impressa e manuscrita. Discutiremos quais escritos eram veiculados preferencialmente manuscritos ou impressos, a que públicos atendiam e a quem interessava sua permanência em pergaminho ou a transposição tipográfica.

Palavras chave: O Esmeraldo de Situ Orbis, manuscrito, imprensa, literatura, descobrimentos marítimos.

The Esmeraldo de Situ Orbis, between the manuscript and printed matter. Aspects of the literature of Discovery in Portugal in the sixteenth century.

Abstract: When questioning why a masterpiece in the history of Portuguese nautical in the sixteenth century as *The Esmeraldo de Situ Orbis* was printed only in the late nineteenth century, we intend to analyze literary aspects of Humanism in Portugal related to printed matter and manuscript writing. We will discuss which were preferably released if the written manuscripts or printed matter, what public was served by and who was interested in its permanence in parchment or typographical transposition.

Key words: The Esmeraldo de Situ Orbis, manuscript, press, literature, maritime discoveries.

A literatura dos Descobrimentos no fim do século XV e início do XVI

Com todo o prestígio de que gozava Duarte Pacheco Pereira na corte do rei Manuel I em Portugal, e mesmo tendo escrito sob encomenda deste monarca e tendo a ele dedicado *O Esmeraldo de Situ Orbis*, o relato apenas ganhou uma versão impressa tardiamente. Temos conhecimento através das pesquisas de Joaquim Barradas de

¹ Mestre em História Cultural (Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP – Campinas – Brasil – camila_unesphd@yahoo.com.br – endereço Lattes <http://lattes.cnpq.br/7910706669643905>)

Carvalho² de que o manuscrito original pertenceu ao Marquês de Abrantes, mas se perdeu na dispersão de sua biblioteca. Dele se originaram os dois manuscritos atualmente conservados nas Bibliotecas de Évora e na Nacional de Lisboa, que foram utilizados na preparação das versões impressas de *O Esmeraldo de Situ Orbis*, sendo elas: a edição de Raphael Eduardo de Azevedo Basto, de 1892, a de Epiphânio da Silva Dias, de 1905, a da Academia Portuguesa de História, datada de 1954-1955 e, a mais recente delas, a edição crítica e comentada de Joaquim Barradas de Carvalho publicada em 1991. Sobre a circulação do manuscrito pela Europa, sabemos apenas que, de acordo com Jorge Couto (Couto, 1995), uma cópia do *Esmeraldo* foi enviada a Felipe II na Espanha. O recibo de pagamento pela entrega do manuscrito ao monarca espanhol encontra-se no Mosteiro do Escorial, mas o paradeiro do manuscrito é desconhecido.

Visto que estudamos uma época em que a invenção de Gutenberg ganhava espaço entre os escritores que queriam difundir seus trabalhos e o público leitor buscava cada vez mais literatura sobre os lugares exóticos descobertos, é pertinente perguntarmos por que os escritos que Duarte Pacheco Pereira pretendia legar para a posteridade não chegaram aos prelos antes do século XIX.

Carmem M. Radulet identificou que estudiosos portugueses dos descobrimentos tais como Hernâni Cidade, Joaquim Veríssimo Serrão e Luis de Matos, para citarmos os mais conhecidos, fizeram uso do termo *literatura de viagem* para se referirem a um grupo variado de escritos que incluíam desde roteiros, relatos, obras de cronistas e missionários até a correspondência enviada à Santa Sé, apenas pelo fato de se referirem à expansão ultramarina. De forma geral, tais autores definiram a *literatura de viagem* como gênero literário em que o autor faz apontamentos sobre lugares, visitados ou não por ele. Tal escritor podia tanto ser um cronista que nunca esteve nos lugares sobre os quais escreveu e não presenciou as aventuras que narrou, tendo somente coletado informações com aqueles que estiveram diretamente envolvidos na ação, como também poderia ser um marinheiro cujos escritos relatassem sua observação e ações nas quais se envolvera, caso de Duarte Pacheco Pereira, que escreveu *O Esmeraldo de Situ Orbis* como relato de suas expedições pela costa ocidental da África. O escritor da literatura de expansão poderia, ainda, ser alguém que deixou um diário de bordo ou escreveu uma

² Um dos que mais estudaram Duarte Pacheco Pereira

epopéia contando aventuras passadas em terras estrangeiras, se incluem neste grupo os relatos de países como *De prima inuentione Guynee* de Martin Behaim.

Não importa o gênero em que estivesse enquadrado o autor, sua obra é definida na historiografia como literatura de viagem quando atende aos requisitos já mencionados³. Tal conjunto literário é, portanto, visto entre parte dos historiadores como composto por um tema e não por um gênero. “*O corpus tão heterogêneo, de textos tradicionalmente definidos como <literatura de viagens> encontra, para a época dos descobrimentos e da expansão, um fio unificador na temática e não em características de tipo estético*” (Radulet, 1991, 25).

Segundo Carlos Ascenso André (André, 1993) os portugueses não figuraram entre aqueles que mais divulgaram o resultado das viagens de descobrimento, tendo havido pouco interesse na publicação dos relatos de viajantes portugueses em Portugal no século XVI, auge das descobertas. Para ele, a pouca divulgação das descobertas na literatura portuguesa está relacionada à peculiaridade do humanismo português, tardio e precedido pelos próprios descobrimentos. Italianos, como Ramúsio e ingleses, como Richard Hackluyt, holandeses e alemães podem ser contados entre os recolhedores de relatos dos viajantes portugueses, que tanto interessavam à Europa. Estas coletâneas foram publicadas em diversos idiomas, atendendo à curiosidade do público: “*O impresso obviamente ajudou a ampliar os horizontes daqueles que permaneceram em casa. Muitas narrativas em primeira mão de viagens fora da Europa foram publicadas no século XVI [...]*” (Burke, 1998, 211). Os horizontes eram ampliados com a literatura, mas, não para todos. Banha de Andrade mencionou que as descobertas entraram na consciência da Europa à medida que as expedições retornavam das terras exóticas, mas as descobertas só se tornaram conhecidas para o grande público à medida que novos produtos chegavam ao comércio (Andrade, 1972).

Em uma citação de Luis de Matos, Pierre Chaunu destacou a curiosidade da Europa pelos novos mundos: “*a enorme curiosidade do homem da Renascença para com a descoberta de novos mundos é um fato incontestável [...] houve uma verdadeira paixão pelos países de além-mar*”. (Chaunu, 1978, 180) Mas, assim como Banha de

³ Joaquim Barradas de Carvalho apontou, segundo seus parâmetros, a existência de cinco gêneros dentro da “literatura de viagens” entre a última metade do século XV e o início do XVI, sendo eles: crônicas, descrições de países, diários de bordo, roteiros e guias náuticos. CARVALHO. Joaquim, Barradas de. *Op. cit.*

Andrade, Chaunu também colocou algumas ressalvas quanto à difusão dos descobrimentos, que realmente atraíram a atenção da Europa:

[...] é preciso ser razoável. Inicialmente esta paixão foi relativamente tardia, pois data da confluência dos séculos XV e XVI, quando a dupla Colombo-Gama estendeu a amplitude da realização. O que a erudição literária mostrou, sobretudo [...] foi o interesse do pequeno mundo dos humanistas: se assim se preferir, a descoberta no painel de comando da Europa Latina. (Chaunu, 1978, 181).

Pierre Chaunu lembrou que a literatura de viagens interessava aos humanistas e não ao público letrado geral, como clérigos e nobres, e que os títulos relativos aos descobrimentos, levados para impressão, apareciam primeiro em latim:

A literatura latina da descoberta não poderia ir muito além do círculo relativamente restrito dos meios humanistas. A literatura em língua vulgar apareceu a seguir, inicialmente sob forma de traduções. (Chaunu, 1978, 181).

Os descobrimentos passaram a interessar ao grande público principalmente pelos benefícios trazidos em forma de novos produtos, pela notícia do exotismo que causava curiosidade, mais do que pelas implicações da nova realidade que despontava para ser pensada, devido à inserção de novos povos, terras e idiomas no universo conhecido pelos europeus. Os descobrimentos, de maneira geral foram preocupação secundária da maioria dos humanistas: *“a ‘descoberta’ no sentido mais lato, interessou apenas uma minoria. Ela continuava sendo preocupação secundária para a restrita elite da Europa humanista”*. (Chaunu, 1978, 182)

Outras dimensões da literatura em Portugal

Entre os gêneros literários preferidos pelos humanistas estavam a crônica e a literatura pedagógica, se incluindo nesta última os espelhos de príncipe. Um dos propósitos da literatura pedagógica era a *“fixação pela escrita dos ‘saberes’ adquiridos pelas gerações passadas”* (França, 2006). O que se contava nos livros produzidos a partir dos escritores de Avis⁴ passou a ter manifesta a possibilidade de ordenar o que seria digno de memória e, portanto, de reordenar o mundo a partir da constituição de uma história

⁴ D. João I e seus filhos.

oficial do reino (França, 2006). Ao recontar nas crônicas os acontecimentos do reino enfatizava-se a concepção utilitária do fazer histórico, ou seja:

A escrita do passado, além de servir para preservar e glorificar a memória, assumiu outras funções, como por exemplo, a de esclarecimento de dúvidas quanto a matérias jurídico-administrativas, a de reconhecimento e respeito pela memória dos antepassados, a de moralização ou fixação de modelos de conduta e, ainda, a de legitimação da condição dos nobres. (França, 2006)

Para Susani França “*a história dos livros, segundo D. João I, teve início quando os homens se aperceberam de que os saberes morriam com aqueles que os detinham e que, por isso, era preciso criar um instrumento para preservá-los.*” (França, 2006, 49)

Percebemos aqui que o rei escritor preocupava-se em ter os livros como auxiliares na conservação dos saberes e eram vistos pelo monarca como investidos por esta função memorialista. Investido desta mesma função Duarte Pacheco Pereira escreveu as seguintes palavras:

Muito alto, poderoso príncipe e sereníssimo Senhor, não no/s/ poderemos escusar de cair em reprensão, se a notável fama dos excilentes barões e muito antigos antecessores, dina de perpétua lembrança, por esquecimento deixarmos passar que à nossa memória não seja reduzida, porque, sendo sabidos seus grandes feitos, tanto mais se acrescenta a glória de vosso nome, quanto em vossas esclarecidas obras Vossa Alteza os precede. (Pereira, 1992, 529).

Foi no século XV, entretanto, que a produção e difusão de livros floresceu em Portugal e pôde atender aos propósitos do aparelho estatal constituído, aquele foi, portanto, o:

século que na história dos livros representou o desabrochar de um processo que culminaria , já na sua segunda metade, com a invenção e a propagação da imprensa. A escrita, se for levado em conta aquilo que os próprios escritores da época deixaram registrado, torna-se então um importante instrumento na apreensão e ordenação do mundo. (França, 2006, 49)

Este marco na história da cultura escrita propiciado pela invenção da imprensa em Mogúncia facilitou a promoção da leitura e da escrita fora dos grupos tradicionalmente detentores deste saber sendo eles os clérigos e funcionários do Estado.

O advento da arte tipográfica, em meados do século XV, vem significar, a prazo, uma modificação radical na memória e na transmissão da cultura, ao fazer superar em definitivo o monopólio clerical da cultura escrita e ao modificar os objetos escritos, intensificando as trocas culturais, disseminando a produção intelectual em relação aos seus centros tradicionais, criando novos ofícios e novos públicos leitores, operando um processo de progressiva laicização da cultura. (Buescu, 2000, 31)

Em Portugal, o processo de laicização da cultura também esteve atrelado às condições favoráveis trazidas pela imprensa:

Fatores como a criação da universidade, o aumento do número de letrados, o fortalecimento do saber escrito, a ascensão de uma nobreza cultivada e em convívio íntimo com letrados nacionais e estrangeiros, o acesso menos dificultoso aos livros, a elevação do número de profissionais da escrita e ainda a contribuição da nobreza para ampliar a produção escrita colaboram de forma decisiva no processo de laicização dos saberes que, a partir do século XIV e com maior intensidade no século XV, teve lugar em Portugal. (França, 2006, 106)

No final do século XIV e início do XV, a produção literária em Portugal caminhou no sentido de que os escritos fossem úteis e contribuíssem para o aperfeiçoamento dos homens. Entre as leituras dos cortesãos estavam as reflexões filosóficas e os tratados destinados à educação dos príncipes, mas:

As obras mencionadas não eram as únicas das livrarias que atendiam ao gosto quatrocentista pelos livros de cunho didático. Outros títulos ou gêneros são também sugestivos de um afã por conhecer e por dar a conhecer as diversas *artes e sçiencias*, por explicar o mundo e também por oferecer padrões de comportamento para aqueles que deviam funcionar como modelos para outros homens: os nobres. Incluem-se entre esses últimos as histórias da vida e feitos dos reis e senhores, isto é, as crônicas. (França, 2006, 72)

Duarte Pacheco Pereira foi educado na corte, do que podemos inferir, sua obra está impregnada de pedagogia e do “*afã por conhecer e por dar a conhecer as diversas artes e sçiencias*”. Entre suas leituras estavam as crônicas, podendo ser apontadas entre elas a Crônica de D. Afonso V, de Rui de Pina e a Ásia, de João de Barros de onde obteve

informações sobre os reis portugueses anteriores a D. Manuel, bem como das ações praticadas por D. Henrique em favor da navegação (Carvalho, 1983, 414).

Apesar da importância que atribuímos ao livro, cabe ressaltar que para a maioria da população no século XVI ele era um objeto que não fazia parte do cotidiano das atividades, mesmo entre os nobres supõe-se que a taxa de analfabetismo fosse elevada e, deste modo, participavam nas atividades de leitura como ouvintes.

Em termos absolutos, as taxas de analfabetismo são elevadíssimas, ultrapassando, em muitos casos, nos séculos XVI e XVII, os oitenta por cento: quem sabe ler, na sociedade tradicional, é à partida uma pequena parte da população, ficando a esmagadora maioria dos indivíduos excluída, em virtude de um analfabetismo total ou parcial da prática do livro [...] neste quadro, as categorias da população entre as quais se pode recrutar leitores são o clero, membros da administração e altos funcionários, letrados, notários, advogados, médicos, intelectuais e mercadores, mas também extratos de uma nobreza progressivamente mais sedentária e mais sociabilizada. (Buescu, 2000, 34)

Tratamos de uma época em que a transmissão cultural se dava por artifícios alheios à leitura e a escrita, tais como o teatro, as reproduções iconográficas e cantigas memorizadas. Os ofícios eram transmitidos para as gerações futuras por meio do ensino mestre – aprendiz, realizado na prática do trabalho. Portanto, nesta sociedade de poucos leitores a cultura era passada através da dinâmica centrada no auditivo e no visual.

Se a cultura escrita era uma realidade minoritária, e se o livro, apesar das mutações verificadas com a implantação da tipografia, continuará por longo tempo a ser um objeto restrito, a cultura da maioria da população, era uma cultura essencialmente oral e visual. Embora as percentagens variassem segundo as regiões, o modo de vida urbano ou rural, a condição social e a atividade profissional, ou até segundo o sexo, os canais predominantes da transmissão cultural, quer religiosa quer profana, não eram escritos, prescindiam mesmo da palavra escrita: a festa, o drama popular, a dança, os provérbios, as fábulas e lendas, pregões e encantamentos eram o resultado de aquisições realizadas lentamente através da tradição oral. (Buescu, 2000, 35-36)

Ainda a respeito da transmissão cultural por vias não escritas, Fernando Bouza em seus estudos sobre os usos da escritura, sua produção e difusão fez os seguintes apontamentos:

[...] o aprendizado ou ensino de qualquer ofício ou saber, inclusive entre a minoria alfabetizada e para as disciplinas mais rebuscadas, se baseava na repetição de regras mnemônicas e no domínio dos recursos da chamada arte da memória. (Bouza, 1997, 24)

Sobre a transmissão da cultura escrita, ainda que a maioria da população da Europa, e também de Portugal, não estivesse apta a ler e escrever, desta forma, fosse habituada a outros meios de transmissão cultural como os já citados, não podemos excluir esta população do universo da leitura, uma vez que ler em voz alta para o público era conduta corriqueira no Antigo Regime, tal como estudou Roger Chartier, um dos mais destacados historiadores da cultura que se dedicou ao estudo do circuito percorrido pelo material escrito, principalmente o impresso. Entre suas preocupações, no que toca a este tema, podemos ressaltar a formação de um público leitor na França do Antigo Regime.

Em *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, Chartier utilizou conceitos, como práticas e representações para avaliar os usos dados ao material escrito, sobretudo o impresso, durante o Antigo Regime na França. Entre seus interesses constaram as imbricações entre o escrito e a fala, o que resultou na formação de um público que lia diretamente do livro e outro que escutava a leitura, também caracterizado por Chartier como parte do público leitor. A base desta obra de Chartier está na compreensão de como a leitura era realizada pelo público, constituído por nobres e pela arraia-miúda, por letrados e iletrados.

No entanto, apesar das elevadas taxas de analfabetismo e ainda que as expressões icônico-visuais tivessem primazia entre camadas populares e nobres, a nova organização do Estado demandava com urgência a fixação de normas que não podiam mais ser preservadas apenas pela memória:

O que a escrita oferecia para o cumprimento de algumas necessidades de importância crescente durante a Idade Moderna era, principalmente, sua possibilidade de deixar registro e fixar situações de forma mais indelével que o que podiam fazer seus “rivais” oralidade e o icônico-visual sujeitos a cair

em múltiplas transformações na transmissão, embora elas, por sua vez, superaram a escrita em eficiência. (Bouza, 1997, 11)

E ainda: “*Melhor em forma escrita que com palavras faladas ou imagens desenhadas, porque a escrita tinha a virtualidade de resistir melhor à passagem do tempo e podia, se assim quisesse, chegar a um número maior de destinatários.*” (Bouza, 1997, 32).

O prólogo do *Esmeraldo de Situ Orbis* reforça a idéia de que era necessário preservar a memória dos feitos dos portugueses e para isso Duarte Pacheco Pereira foi incumbido de escrevê-los, ou seja, de transpor materialmente aquilo que se perderia na memória dos homens:

E não tão somente serão necessários pera proveito desta navegação e comércio, mas ainda para fica ãa eterna memória e lembrança a nossos sucessores e vindouros, por onde possam saber vossas excilentes façanhas dignas de gloriosa /i/mortalidade. (Pereira, 1992, 534)

O manuscrito e o impresso. “Realidades físicas”

Os livros, a partir da segunda metade do século XV, eram compostos de duas maneiras: como material manuscrito e como impresso. A circulação dos livros ou folhas avulsas antes da invenção da imprensa acontecia de forma manuscrita, geralmente em pergaminho. Havia profissionais encarregados de reproduzi-los, eram os chamados copistas, encontrados principalmente entre os monges. A produção de um livro manuscrito em pergaminho era lenta, pois somada à etapa de cópia havia também o processo de iluminação, que conferia à obra, além da importância do que nela ia escrito, apelo visual através dos desenhos que a estampavam. A profissão de copista além de função dos monges, também era exercida por universitários pobres encarregados conjuntamente da cópia de uma obra para realizarem-na com rapidez. Mesmo recorrendo-se a este artifício, a produção de livros acontecia em pequena escala e levava tempo para ser concluída, o que encarecia sua confecção. Era, portanto, comum que os livros fossem objetos de importância e raridade suficientes para serem legados em testamento. (França, 2006)

A respeito da invenção e propagação da imprensa de tipo móvel na Europa, Ana Isabel Buescu mapeou as regiões precursoras e aquelas que apenas tardiamente passaram a contar com este recurso para a produção escrita:

A primeira difusão da imprensa obedece a uma lógica centro/periferia, na qual tem preeminência a Alemanha, de onde partiu o movimento em meados do século XV e onde, c. 1470, todas as grandes cidades tinham já oficinas tipográficas. Destaca-se também a Itália, onde a imprensa surge em 1463. No fim do século XV, setenta e três cidades italianas possuíam oficinas de impressores. O movimento alarga-se nos anos 70 (França, Holanda, Espanha, Hungria, Polónia, Inglaterra) e nos anos 80 às zonas mais periféricas (Áustria, Suécia, Portugal). (Buescu, 2000, 34)

Cem anos após a invenção da imprensa, seu uso ainda era baixo em Portugal, calculando-se cerca de 1900 obras para um número de 50 editores durante todo o século.

O manuscrito mantém, pois, necessariamente, um espaço de circulação significativo, podendo mesmo afirmar-se que nas quatro primeiras décadas do século XVI o livro manuscrito predominou em Portugal sobre o livro impresso, e que a tipografia era um recurso excepcional ao serviço da Igreja, da Coroa e da Universidade, e não o agente de uma dinâmica cultural importante. (Buescu, 2000, 39)

Segundo Ana Isabel Buescu a presença de exemplares manuscritos nas livrarias, principalmente as régias, foi marcante e se prolongou até o século XVIII, embora o volume de obras impressas fosse maior:

A circulação manuscrita da cultura mantém, com efeito, um espaço importante e por vezes poderoso na difusão da cultura escrita apesar do aparecimento da imprensa. Zonas há em que essa circulação é mesmo francamente maioritária – nos séculos XVI e XVII, em Espanha, mas também em Portugal, o manuscrito foi o veículo privilegiado da difusão da poesia lírica e das novelas, nomeadamente de cavalaria. Num outro plano, essa circulação abrange por vezes mesmo a reprodução de obras já impressas, prática que se mantém até bastante tarde. (Buescu, 2000, 41)

A respeito das peculiaridades da literatura escrita na corte e sua preferência pelo manuscrito ao invés do livro impresso:

Aqui, ao ter uma estrutura textual tão fechada como a do impresso, a cópia manuscrita se mostra especialmente eficaz para satisfazer as necessidades de um gênero como o da literatura de corte *ad hoc* que devia reescrever-se continuamente, embora os valores essenciais do cortesão seguissem inalteráveis. (Bouza, 2001, 57)

A presença de obras impressas, como afirmou Ana Isabel Buescu, era maior que a de obras manuscritas durante o Século de Ouro na Península Ibérica:

O esplendor cultural alcançado por Espanha e Portugal em seus séculos de ouro não é, sem dúvida, imaginável sem a ativa ajuda da tipografia. Como *ars artificialiter scribendi*, sua mecânica estava especialmente preparada para que, a princípio, houvesse mais livros, que estes fossem iguais e também mais baratos. Graças à imprensa os autores alcançaram a fama que tanto desejavam; se formaram públicos cada vez mais amplos; se consolidaram gêneros; se difundiram notícias; se propagaram idéias; se sustentaram polêmicas; e, em resumo, se consolidou uma grande república das letras, ativa e plenamente consciente de sua própria existência. (Bouza, 2001, 19)

O que influenciava a escolha por uma forma ou outra de escritura era o propósito ao qual ela deveria atender. A produção manuscrita atingia um público maior quando se tratava de exemplares curtos, devido ao seu preço, assim como também atendia à necessidade de tornar uma obra amplamente divulgada. O manuscrito facilitava a difusão de textos que pudessem ser considerados heterodoxos ou contrários à política oficial. Circulava, portanto, com mais facilidade que o impresso, sendo eleito como divulgador rápido de notícias e como objeto investido de exclusividade, uma vez que a cópia de um livro podia circular em menor quantidade (ou como único exemplar) em relação ao impresso.

Podemos nos lembrar, assim, como o manuscrito em circulação permitia a rápida transmissão de notícias recém produzidas; a possibilidade de tirar partido de sua própria raridade frente aos impressos oferecendo-os como

presente, sua capacidade para reescrever-se continuamente adaptando-se, por exemplo, às últimas novidades da corte; o controle do número de cópias e dos presumíveis leitores destas, tão necessário para praticar com cautela a heterodoxia religiosa ou a crítica política. (Bouza, 2001, 74)

Segundo Ana Isabel Buescu, o manuscrito era visto durante o Século de Ouro como um objeto de distinção. A raridade e boa qualidade dos livros manuscritos, feitos em pergaminho e iluminados, comparados aos impressos os tornavam objetos singulares: “*Há casos também em que o recurso ao manuscrito após o advento da imprensa se prende com o prestígio daquela forma de transmissão da cultura escrita*”. (Buescu, 2000, 42)

A presumida singularidade do manuscrito fez com que gêneros literários considerados nobres, como os espelhos de príncipe, não fossem transpostos para a forma impressa, pois era desnecessário que circulassem entre o vulgo, devendo ser possuídos e praticados pelos membros da corte. A documentação régia também circulava manuscrita:

É ao manuscrito, e não ao impresso, que o poder confia essa empresa [de inventariar e coligar a documentação avulsa no reinado de D. Manuel], que assinala, aliás, o período áureo do manuscrito iluminado em Portugal, ocorrido tardiamente na primeira metade do século XVI – já no declínio da iluminura européia e paralelamente à afirmação do livro impresso. (Bouza, 2001, 43)

Ao que Bouza acrescentou:

A consciência de maior privacidade e proximidade que tinha o manuscrito frente ao impresso teve um efeito inesperado na mentalidade coletiva: a suposição de que os manuscritos deviam estar naturalmente mais próximos da verdade e que, no entanto, o que *corria impresso* era fácil apoio do engano ou da parcialidade interessada. (Bouza, 2001, 43)

O documento se tornava manuscrito ou impresso dependendo dos fins a que devesse atender, se necessitasse circular em meios restritos permanecia na forma manuscrita, se devesse ganhar ampla divulgação era impresso. “*Não era tanto o gênero*

a que pertencia um texto, mas a função que se esperava que cumprisse que determinava que este passasse pelas prensas tipográficas ou permanecesse manuscrito”. (Bouza, 1997, 47)

Temos claro agora, que um livro permanecia em forma manuscrita ou era levado à imprensa de acordo com a finalidade que desejasse alcançar seu autor. Em Portugal, Ana Isabel Buescu verificou que obras significativas do Renascimento português não foram levadas ao prelo, permanecendo manuscritas por centenas de anos.

[...] é necessário sublinhar a sistemática marginalidade a que foram votadas obras que são expressão cimeira do ‘humanismo prático’ ou da anti-epopéia dos descobrimentos [...] esta marginalidade reflete-se na permanência manuscrita de obras que veiculam a anti-epopéia, como o Soldado Prático (1790) de Diogo do Couto ou as Lendas da Índia (1860-1931) de Gaspar Correia, mas também na obscuridade de muitos monumentos do ‘humanismo prático’, de que o expoente é D. João de Castro, cujos Roteiros só foram publicados em 1833-88, ou técnico naturalista, como sejam os Colóquios (1563) de Garcia de Orta, objeto de divulgação mundial, mas que não alcançaram projeção entre nós. Muitos outros casos poderiam ser apontados, alguns dos quais obras ímpares da cultura portuguesa: a carta de achamento do Brasil, de Pero Vaz de Caminha, só é publicado em 1917, e o diário de Vasco da Gama a partir de 1838; o *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira é impresso em 1892 [...]. (Buescu, 2000, 44-45)

Permanecer manuscrita não era sinal de que uma obra fosse menos conhecida de seus contemporâneos, podendo ter sido copiada inúmeras vezes por aqueles que desejassem obtê-la. O teor de cada obra impunha também a proximidade ou o afastamento da tipografia, pois:

Sem dúvida, embora [...] também se pudesse estender a vigilância eclesiástica ou régia à circulação manuscrita, os controles oficiais se dirigiam principalmente à difusão de textos impressos mediante a censura prévia do que chegava às imprensas. Se abria, assim, certo espaço para a transmissão de conteúdos comprometedores por meio do recurso a traslado e a manuscritos, cuja circulação inicial não cabia controlar com caráter preventivo, embora sim a *posteriori* por meio da apreensão ou da entrega forçada das cópias possuídas por particulares. (Bouza, 2001, 63)

A não impressão de um relato de viagem, por exemplo, pode ter vindo a atender à necessidade de sigilo em relação a segredos cujos monarcas pretendessem preservar sobre localidades e rotas recém descobertas e exploradas pelos portugueses (Cortesão, 1960). Fernando Bouza relatou um episódio da impressão de documentos com fins propagandísticos que mencionavam em detalhes os navios, galeões e demais embarcações que compunham a Invencível Armada de Felipe II, bem como as peças de artilharia e número de homens que faziam parte da tripulação. Tal documento foi impresso pouco antes da partida da Armada para a Inglaterra “*o que horrorizou Felipe II e permitiu que os ingleses contassem com uma informação que deveria ser secreta*” (Bouza, 2001, 47).

As obras literárias do Humanismo eram escritas também com finalidade pedagógica, *O Esmeraldo de Situ Orbis* atende a esta finalidade, mas de forma diversa daquela a que se prestaram as crônicas e a literatura especular que visavam ao aperfeiçoamento e ao cuidado de si, que deveriam ser colocados em prática por aqueles que eram vistos como exemplos para a população do reino, ou seja, os nobres. O caráter pedagógico do *Esmeraldo* reside em sua característica prática de ensinar os marinheiros e condutores da Carreira das Índias sobre a melhor forma de navegar o litoral Africano, oferecendo informações simples sobre regime de ventos, correntes, pontos de atracadouros, medição dos astros. O desejo de Duarte Pacheco Pereira pode, portanto, ter sido o de tornar sua obra tão conhecida quanto fosse possível e, para tanto, seria apropriado que seu livro fosse impresso. Entretanto, outras questões colaboram para tornar esta especulação ainda obscura. O fato de *O Esmeraldo de Situ Orbis* estar incompleto pode tanto indicar que o capítulo final foi perdido, quanto nunca ter sido escrito por Duarte Pacheco Pereira.

Se tomarmos como ponto de partida a última opção fica claro o motivo pelo qual seu autor não se interessou em publicar a obra. Por outro lado, caso tenha sido terminado, podemos ainda levar em consideração as vicissitudes enfrentadas por Pereira, que caiu em desgraça na corte. A não publicação de sua obra ainda em vida pode ter sido uma espécie de retaliação ao autor.

Outra possibilidade é a de que o *Esmeraldo de Situ Orbis* possuía informações cuja divulgação fora do reino não era conveniente, então *correr manuscrita* era a opção

adequada para este tipo de material. Fernando Bouza apontou também que alguns escritores e homens dedicados à ciência preferiam manter o resultado de suas descobertas em forma manuscrita:

Deve-se dizer que a imprensa dos primeiros tempos publicou, principalmente, textos das autoridades clássicas e medievais, mais que obras dos novos criadores, e que estes, pelo contrário, escolheram muitas vezes o caminho do manuscrito para a transmissão de seus descobrimentos. Recordemos como exemplo disto Leonardo da Vinci e seu particular sistema de escrita em espelho, Nicolau Copérnico negando-se a impressão de seu *De revolutionibus orbium coelestium* até o ano de sua morte ou Tycho Brahe guardando zelosamente em forma manuscrita as observações astronômicas feitas em Uraniborg e Praga (Bouza, 1997, 48).

A teoria do sigilo. Duas perspectivas.

Jaime Cortesão foi entre os defensores da política do sigilo o mais conhecido e aguerrido na causa. Em seu livro *A política de sigilo nos Descobrimentos* (1960) argumentou que em defesa dos interesses marítimos portugueses, segundo ele principalmente econômicos, tal política foi praticada desde o reinado do infante D. Henrique. O principal argumento de Cortesão adveio das lacunas deixadas na história dos descobrimentos portugueses, no entanto segundo sua própria afirmação:

[...] em 1755 o terremoto de Lisboa provocou uma perda maior e de mais desastrosas conseqüências: arderam o Arquivo, a Biblioteca, a Galeria de Retratos e as Tapeçarias do Palácio Real, a documentação preciosa da Casa da Mina e da Índia, assim como muitas bibliotecas de conventos e de titulares da maior importância. (Cortesão, 1960, 16)

Além do silêncio na documentação⁵, Cortesão também usou como base para sua teoria do sigilo as multas e sanções régias impostas àqueles que divulgassem a

⁵ Duarte Leite e Joaquim Barradas de Carvalho sustentaram que a teoria do sigilo proposta por Cortesão ganhou força devido à existência das referidas lacunas, que podem muito bem terem sido ocasionadas pela falta de zelo dos responsáveis pela documentação, pela transferência de fundos de arquivos para bibliotecas de outros países e mesmo pelas razões alegadas por Cortesão. Ver: LEITE, Duarte. *História dos descobrimentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1958. Também: *A la recherche de la specificite de la renaissance portugaise*. Paris: Foundation Calouste Gulbenkian Centre Culturel Portugais, 1983. Vol. I.

tecnologia empregada na feitura das caravelas ou mesmo que as vendessem para estrangeiros sem a autorização da coroa:

A caravela utilizada em Portugal desde 1442 como navio típico e exclusivo dos Descobrimentos foi uma conquista técnica dos portugueses e o instrumento náutico indispensável para aproveitar e vencer o sistema dos agentes físicos à superfície dos oceanos e principalmente, junto dos litorais. Era lógico, pois, que os portugueses se reservassem a exclusividade de sua utilização. Em mãos de mercadores e pilotos estrangeiros, a caravela podia tornar-se um perigoso meio de violação do monopólio português. (Cortesão, 1960, 33)

Além do sigilo envolvendo a tecnologia da produção das caravelas, Cortesão também elaborou uma hipótese para ao mesmo tempo em que sustentasse a teoria do sigilo também explicasse os erros gritantes contidos nas cartas de navegação. Para ele, seguindo ordens monárquicas, aqueles que elaboravam estas cartas e faziam os mapas eram incumbidos de fazê-los com erros propositais nos graus de declinação e de comporem os mapas omitindo ilhas, acrescentando mais terra a alguns territórios e fechando caminhos marítimos. Para Cortesão, fazer divulgar notícias falsas era outra maneira de confundir os concorrentes. Sobre os roteiros de navegação tomou como exemplo o caso do *Esmeraldo de Situ Orbis*:

O que sucedeu com as cartas de marear repetiu-se, como era lógico, com os roteiros e com os regimentos da navegação. O próprio *Esmeraldo de Situ Orbis*, roteiro das Costas de África, escrito com grande espírito científico, não foi concluído nem impresso em vida do autor, pois se publicou em nossos dias mediante dois apógrafos setecentistas, falhos dos mapas originais e inçados de erros e de lacunas. (Cortesão, 1960, 53)

Duarte Leite rebateu a teoria do sigilo defendida por Jaime Cortesão. Segundo ele, o alvará de 1504 expedido por D. Manuel que proibia sob pena de perda dos bens que nas cartas de marear não oficiais fosse exposta a costa ocidental africana ao sul do rio do Congo e proibido que se fizessem globos, foi o principal motivador das teorias que

se criaram em torno do sigilo. Duarte Leite apontou aspectos nocivos engendrados na tal teoria, de acordo com ele:

Esta teoria tem bracejado sem estorvo e ameaça ganhar fundas raízes: com frequência já se recorre à política de sigilo para dar razão de deficiências em livros antigos de história, da penúria de documentos que as supram, e da obscuridade em volta de fatos de algum vulto. (Leite, 1958, 412-413)

Duarte Leite apontou que cartas de marear e roteiros náuticos eram dados ao conhecimento de estrangeiros desde a época do Infante D. Henrique, que tinha em sua corte estrangeiros ligados ao comércio marítimo como, por exemplo, Antônio da Noli. No reinado de D. Manuel e na seqüência no de D. João II, a troca de correspondências entre estes monarcas e os reis católicos era comum e segundo Duarte Leite, ao indicar o sucesso da passagem pelo Cabo da Boa esperança e a certificação da rota criada para se alcançar as Índias pela via africana causavam “despeito e inveja” em Fernando e Isabel de Castela.

O *Esmeraldo de Situ Orbis* foi composto de forma minuciosa como o roteiro, expondo tábuas de navegação, detalhes sobre toda a costa percorrida, melhor época do ano para navegar o local, localização das terras segundo tomada de orientação pelos astros. Para Duarte Leite, a encomenda do material por D. Manuel afasta a possibilidade de o sigilo ter sido levado ao excessivo rigor alardeado por Jaime Cortesão:

Podemos, portanto, estar seguros de que, antes de D. Manuel, nenhum sigilo geográfico envolveu oficialmente os descobrimentos africanos, ou sua remota finalidade: e não é difícil mostrar que ainda em sua vida tal política não foi observada com rigor. Sirva de exemplo o *Esmeraldo de Situ Orbis*, encomendado pelo rei a Duarte Pacheco, que o começou a compor em 1505, pois o seu principal objetivo era descrever a rota da Índia, e isto faz com suficientes minúcias de marinharia: o que colide um tanto com o alvará atrás comentado de 1504, pois podia o livro chegar às mãos de algum aventureiro a quem serviria de perfeito roteiro, equivalente a uma carta de marear. (Leite, 1958, 438)

Para Duarte Leite, as omissões referentes aos descobrimentos nas crônicas se devem ao fato de os cronistas terem elegido como os principais assuntos do reino os

fatos concernentes aos grandes feitos dos reis e da nobreza, levando em consideração as ações que contemplassem a dilatação da fé cristã.

O que sabemos até aqui é que a não impressão de *O Esmeraldo de Situ Orbis*, a nosso ver, pode ter sido uma opção pessoal de Duarte Pacheco Pereira, que não o completou e o deixou de lado em razão de serviços que o requeriam disponível. A teoria do sigilo também não se apresenta como bom argumento explicativo da obscuridade a que foi legada a obra, uma vez que, como defendeu Duarte Leite, o *Esmeraldo* além de ter sido um livro encomendado por D. Manuel, foi escrito para ser útil aos que navegavam na Carreira da Índia, portanto deveria circular pelo menos entre pessoas ligadas aos ofícios abrangidos pela marinharia. Segundo Duarte Pacheco Pereira: “*e porque Vossa Alteza me disse que se queria nisto fiar de mim, portanto preparei fazer um livro de cosmografia e marinharia*” que também seria “*pera proveito desta navegação e comércio*” (Pereira, 1992, 534).

Outro ponto que pode elucidar a questão diz respeito ao pouco interesse régio na publicação de textos que, como nos referimos anteriormente, não tivessem relação com temas religiosos, filosóficos e de edificação moral, o que relegou os textos da era da expansão a impressões tardias.

Documento:

PEREIRA, Duarte Pacheco: *O Esmeraldo de Situ Orbis de Duarte Pacheco Pereira*. In CARVALHO, J. Barradas de. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1992.

Bibliografia citada:

ANDRADE, António A. Banha de: *Mundos novos do mundo*. Panorama da difusão pela Europa das notícias dos Descobrimentos geográficos Portugueses. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 2 vols, 1972.

ANDRÉ, Carlos. A: Luz e penumbra na literatura humanista dos descobrimentos. In *Humanismo português na época dos descobrimentos, actas do congresso internacional*. Coimbra: Faculdade de letras da Universidade de Coimbra, 1997.

BOUZA, Fernando: *Del escribano a la biblioteca*. Madrid: Síntesis, 1997.

_____ *Corre manuscrito*. Una história cultural Del Siglo de Oro. Madrid: Marcial Pons, 2001.

BUESCU, Ana Isabel: *Memória e poder*. Ensaios de história cultural (séculos XV-XVIII). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

BURKE, Peter: *The European Renaissance, centres and peripheries*. Oxford/Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998.

CARVALHO, Joaquim Barradas de. *A la recherche de la specificite de la renaissance portugaise*. Paris: Foundation Calouste Gulbenkian Centre Culturel Portugais. Vol. I, 1983.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo, UNESP, 2004.

CHAUNU, Pierre. *Expansão europeia do século XIII ao XV*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1978.

CORTESÃO, Jaime: *A política de sigilo nos descobrimentos*. Nos tempos de do Infante D. Henrique e de D. João II. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

COUTO, Jorge: *A construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1995.

FRANÇA, Susani S.L: *Os reinos dos cronistas medievais. Século XV*. São Paulo: Annablume, 2006.

LEITE, Duarte: *História dos descobrimentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1958.

RADULET, Carmen: *Os descobrimentos portugueses e a Itália*. Lisboa: Veja, 1991.